

Uiramutã: como vive a população do município apontado como pior do Brasil em qualidade de vida

Category: BRASIL, GERAL, MEIO AMBIENTE

escrito por Maria Luiza | 30 de maio de 2026



O IPS mede a qualidade de vida nos municípios com base em 57 indicadores sociais e ambientais reunidos em três áreas: Necessidades Básicas, Bem-Estar e Oportunidades. A nota vai de 0 a 100 e mostra como a população vive, e não somente o quanto a cidade produz ou recebe em investimentos. O Uiramutã tirou 42,44 e ficou no último lugar do país pelo terceiro ano seguido.

O título incomoda moradores, que destacam o patrimônio cultural e ambiental do território, marcado por um abandono estrutural histórico.

□ Para entender a realidade por trás dos números e o que significa qualidade de vida em Uiramutã, onde 96,6% dos habitantes se autodeclaram indígenas, o g1 foi até a sede do município – principal ponto de acesso a serviços públicos da região, onde ficam a prefeitura, a Câmara Municipal, postos de saúde, comércios, pousadas e um posto da Polícia Militar.

“Na minha opinião, essa declaração está errada. Você pode andar meia-noite pela rua e ninguém mexe com você. Diferente de outros lugares”, diz Valdinar dos Santos, de 62 anos, um

dos moradores ouvidos pela reportagem. Há quase três décadas ele saiu do Piauí e vive na região: “É tanto que eu nem pretendo voltar”.

“Aqui é sossegado, tem paz, tranquilidade, só precisa de pessoas para tomar conta do município”, complementa a comerciante Cristiane Lima, de 47 anos. Ela acredita que embora o Uiramutã seja pacato, é necessário melhorar a gestão pública para progredir nos indicadores.

□□ Isolamento geográfico

O desafio de viver no Uiramutã começa no trajeto. O município fica na tríplice fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela, distante mais de 300 km de Boa Vista. Até a sede, a viagem dura mais de seis horas – cinco delas por estradas de terra precárias. Caminhonetes e veículos altos são recomendados para o percurso.

O acesso ao Uiramutã parte da BR-174, único trecho asfaltado, e segue pela BR-433. No período de chuvas em Roraima, a estrada de terra fica tomada por lama, buracos e atoleiros. O trajeto piora na RR-171, rodovia estadual que corta a região de serras, onde fica a sede do município.

Esse isolamento cobra um preço alto de quem vive na sede do município. No dia da visita, em 22 de maio, o litro da gasolina custava R\$ 9,40 e o do diesel, R\$ 9,50. É o combustível mais caro do estado.

O comerciante Eduardo Lima, de 24 anos, avalia que a estrada é o grande gargalo da economia local. “A estrada nunca mudou”, afirma.

“Já aconteceu de ficarmos sem mercadoria por conta de alguma ponte que caiu ou quebrou alguma coisa. Os representantes públicos podem fazer alguma coisa, mas não fazem”, diz Eduardo.

□ A vulnerabilidade descrita por ele reflete a atual crise do município. Nesta quinta-feira (28), a prefeitura de Uiramutã decretou estado de emergência após o transbordamento de rios e igarapés deixar mais de 8,7 mil pessoas (cerca de 56% da população local) isoladas e sem qualquer acesso terrestre.

Agora, pelo menos 16 comunidades indígenas do município enfrentam escassez de água potável, perdas agrícolas e paralisação de serviços essenciais. O temporal afetou 10 dos 15 municípios de Roraima e mobilizou uma força-tarefa do governo estadual.

‘Melhor lugar de se viver’

Embora o IPS tenha avaliado serviços essenciais, como saúde, saneamento e segurança, a régua de qualidade de vida parece não fazer sentido para quem vive a tranquilidade do Uiramutã, apesar das dificuldades.

Nas ruas da vila, o sentimento de pertencimento é forte. Valdinar reforça que as falhas apontadas pelo estudo não anulam o apego de quem escolheu a região como casa. “Não tem como dizer que o Uiramutã é o pior lugar de se viver. Na minha opinião, é o melhor”, contesta.

A comerciante Cristiane destaca o abandono do poder público em certas áreas, mas exalta a segurança. “Acho que é o único lugar em Roraima em que o seu filho brinca até duas horas da manhã numa praça sem ter assalto”.

No entanto, ela lamenta que o difícil acesso afasta os visitantes do potencial turístico rico em cachoeiras, corredeiras e áreas preservadas da região que concentra algumas das paisagens mais exuberantes do Norte do país.

“As cachoeiras são lindas, mas quem em Boa Vista quer vir passear, não consegue, porque o acesso pela estrada não permite”, diz Cristiane.

A sensação de tranquilidade descrita pelos moradores da sede do município, no entanto, esconde uma vulnerabilidade que reflete nos indicadores. O município lidera os registros de violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas na Amazônia Legal.

Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta uma taxa de 443,5 casos por 100 mil habitantes, número muito acima da média regional, de 141,3. O levantamento foi divulgado em 2025, com dados coletados entre 2021 e 2023.

O Conselho Tutelar aponta que a violência no município ocorre, em grande parte, no ambiente intrafamiliar e em comunidades de difícil acesso. As estradas precárias atrasam o resgate das vítimas e o trabalho de acompanhamento feito pelos únicos cinco conselheiros da cidade e órgãos especializados (entenda mais abaixo).

☐☐ Falta de água e torneiras secas

Ao caminhar pela sede do município, é possível ver obras em andamento, novas calçadas, casas e comércios em construção. A sede possui sinal de telefonia e internet móvel. No entanto, o crescimento esbarra, por exemplo, na falta de saneamento básico e água tratada.

A vila possui oito bairros, com casas de alvenaria e de barro, além de ruas com e sem asfalto. No bairro Baixada, um dos mais novos, a falta de energia elétrica e a escassez de água viraram rotina. Moradores relatam passar até cinco dias sem uma gota nas torneiras e improvisam caixas d'água no chão.

O vendedor Wilisson Cubilian, de 34 anos, que vive na Baixada com a esposa e dois filhos, estava sem água havia três dias durante a visita. Ao gl, ele contou que a população aguarda há oito anos pela perfuração de um novo poço artesiano.

“A gente não tem mais nada a fazer, só esperar a solução deles

e do governo. A gente está na serra e tem água nos arredores todinhos, mas aqui é difícil. A gente não paga água, mas precisa”, pontua o pai de família.

O professor Robson Nascimento, de 46 anos, precisou pagar R\$ 50 a caminhões particulares, que extraem água de poços artesianos e vendem em galões de mil litros, para encher um reservatório improvisado em casa.

“A gente liga para o responsável da Caer, e ele fala que a gente não paga água, então é por isso que sofre com isso. Eu, pelo menos, ainda posso comprar uma caixa d’água. Mas imagina as famílias mais humildes?”, questiona.

O vereador Rômulo Lima (PDT), que também mora na região da Baixada, afirma que as demandas foram repassadas ao governo do estado e à prefeitura. “É bastante complicada a situação. Principalmente no período de verão a gente tem muita dificuldade com a água nas comunidades indígenas, e mesmo no período de chuva falta água. Principalmente tratada”, explica.

O acesso à água foi avaliado no IPS, no quesito de Necessidades Humanas Básicas, que mede se a cidade atende às necessidades essenciais de sobrevivência da população. O Uiramutã ficou com a menor nota do país no quesito.

Responsável pelo fornecimento de água, a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) informou que ampliou o sistema de abastecimento do município nos últimos anos com a construção de cinco poços artesianos, um reservatório e quatro mil metros de rede de distribuição.

Para atender aos bairros Baixada e São Francisco, a companhia concluiu a licitação para perfurar mais dois poços e prevê a construção de um novo reservatório de 50 mil litros.

☐☐ **Serviços públicos sobrecarregados**

O tamanho do território e o isolamento logístico sufocam os

servidores, que se desdobram para atender as centenas de comunidades isoladas e para entregar serviços essenciais como saúde e proteção social.

Em uma das unidades básicas de saúde, a José Júlio, a farmácia estava abastecida e visitas domiciliares eram realizadas por equipes multiprofissionais, segundo a diretora Luana de Carvalho. Contudo, atendimentos mais complexos exigem viagens exaustivas até Boa Vista. “O desafio mesmo é enfrentar a estrada”, resume a diretora.

Na área de assistência social e proteção às crianças, o cenário revela ainda mais sobrecarga. O município conta com cinco conselheiros tutelares para cobrir todo o território. Um deles é Fábio de Souza. Ele conta que as dificuldades logísticas para alcançar comunidades isoladas atrasam resgates e acompanhamentos.

“Às vezes, na comunidade indígena, não é só uma criança dentro do grupo familiar, às vezes são várias. Tanto ela como essas outras crianças têm que ser acompanhadas”, lamenta.

A rede de apoio a vítimas praticamente não existe. O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) funciona com apenas uma assistente social e não conta com psicólogo, assim como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

A assistente social do Cras, Karlleide Pinho, de 38 anos, conta que a falta de profissionais afeta campanhas preventivas. “As maiores dificuldades que temos são por conta da parte geográfica, e também em relação a profissionais virem para cá”, relata.

Segundo ela, dois psicólogos e dois assistentes sociais aprovados em um processo seletivo realizado no ano passado desistiram de atuar no município.

O que diz a prefeitura

A prefeitura, no entanto, pondera que medir o progresso social de comunidades indígenas com os mesmos critérios de áreas urbanizadas pode gerar distorções.

A chefe de gabinete do prefeito Tuxaua Benísio (Rede), Eliane Cavalcante, de 40 anos, reconhece os problemas de saneamento e infraestrutura, mas defende que o modo de vida tradicional das comunidades indígenas tem formas próprias de compreender bem-estar e qualidade de vida.

“Se a gente for a uma comunidade indígena, não necessariamente não ter sinal de internet ou não ter água encanada significa que seja um lugar ruim de se viver. É um modo cultural”, explica.

“Não é só porque não tem sinal de internet nas comunidades [que a qualidade de vida é ruim], as pessoas foram criadas assim. É um município longe, com suas diversidades, suas especificidades. Mas não é um lugar ruim de se viver. Discordo dessa ideia totalmente”, defende Eliane.

Segundo a chefe de gabinete, no dia da visita, o prefeito estava ausente. Ela informou que a prefeitura busca parcerias para melhorar o cenário do município, mas a gestão lida com a falta de recursos e barreiras ambientais.

Segundo o município, a implementação de serviços passa por assembleias comunitárias em que os moradores decidem coletivamente quais estruturas e atendimentos desejam receber.

Além disso, a logística da região dificulta a oferta dos serviços. Eliane afirmou que o abastecimento de água é responsabilidade do governo estadual, por meio da Caer, enquanto o município atua na abertura de poços artesianos e busca recursos.

Sobre as estradas, destacou que obras em áreas indígenas

dependem de aprovações ambientais e das comunidades. “Há uma burocracia muito grande”, resume.

□□ A responsabilidade pelas rodovias federais, como a BR-433, é do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), enquanto as estaduais, são de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura (Seinf).

Em nota, o Dnit informou que realiza obras de melhoria na pista da BR-433 para facilitar o tráfego, mas ressaltou que não há contrato vigente para asfaltamento do trecho. Já a Seinf comunicou que a manutenção da RR-171 começa após o período chuvoso e que abriu processo para estudo de viabilidade de pavimentação da rodovia.

Cultura não pode justificar abandono, alerta antropóloga

A antropóloga Lêda Leitão Martins pondera que indicadores nacionais de qualidade de vida podem, em algum aspecto, não refletir completamente o que significa “viver bem” para povos indígenas, já que comunidades tradicionais possuem outras formas de compreender bem-estar, desenvolvimento e qualidade de vida.

“Acho que agentes públicos, políticos usam um discurso cultural pra mascarar violências por parte do Estado brasileiro, ou de agentes do Estado ou de parte de políticas públicas que não são implementadas ou são implementadas de uma forma que traz mais prejuízos do que benefícios”, diz.

Ela alerta ainda que diferenças culturais não podem ser usadas para justificar ausência de políticas públicas e abandono estrutural dos responsáveis, como é o caso de Uiramutã.

“Autonomia e respeito pela questão cultural não significam dizer: ‘Os indígenas têm direito à sua cultura, então têm que ficar como sempre viveram e nada pode ser mudado’. Os povos

indígenas têm uma capacidade enorme de absorver novas tecnologias, de criar uma inteligência e uma sensibilidade para lidar com conhecimentos novos sem perder quem são.”

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
30/05/2026/07:29:00

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93
981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:-93-984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail:
adeciopiran.blog@gmail.com

[Lignosulfonato de sódio no Brasil: onde e por que ele é utilizado](#)